

O sinal da crise

A gravidade da crise nacional pode medir-se pelo fato, significativo, de os homens públicos não mais terem receio de usar certas palavras que eram tabu até pouco tempo atrás. Quando, saudando o presidente da República em nome de 26 governadores (ressalte-se a ausência do chefe do governo do Ceará), o governador de Brasília afirma: "Estamos aqui reunidos, também, para dizer ao presidente Fernando Collor de Mello que, nessa tarefa de *assegurar a governabilidade do país...*" (grifamos), S. Exa. está traduzindo simplesmente o temor que há muito tomou conta dos cidadãos responsáveis. Até há pouco, eram os analistas que falavam de "crise de governabilidade". Agora são os governadores que se reúnem com o presidente da República para encontrar — como afirmou o chefe do Executivo da União — "fórmulas consensuais para resolver questões que estão preocupando e que de alguma maneira precisam de solução". Nos Executivos da União e dos Estados, a sensação é a mesma, traduzida com clareza pelo presidente da República: é preciso encontrar soluções para questões preocupantes! Quando se tem consciência desse fato, tem-se consciência da crise e se deveria ter consciência dos caminhos a seguir para superá-la.

O drama — ou seria a tragédia que se avizinha pela ausência de lideranças? — é que não se vê como será possível encontrar caminhos que permitam chegar ao fim almejado e

não se sabe qual fim se quer. Mesmo que tomemos as palavras do governador Joaquim Roriz como traduzindo esse objetivo — "um projeto da Nação que ultrapasse os limites das ideologias e as fronteiras doutrinárias para se situar na busca de um país socialmente justo..." —, a questão que se coloca é simples: como superar os antagonismos senão ideológicos, pelo menos de concepção do que seja o papel do Estado na execução desse *projeto nacional*? Da mesma maneira, como conciliar interesses tão divergentes, quanto os do governo da União, empenhado em pôr ordem nas finanças públicas, e os dos governadores dos Estados, que não conseguem adormecer suas ambições políticas, nem vencer as pressões regionais, nem, simplesmente, administrar seus Estados carentes de tudo, malgrado a generosidade da reforma tributária, que, para o presidente da República, impede o deslanche de qualquer programa sério de reconstrução nacional?

A crise brasileira pode ser comparada a um universo — havendo nela, portanto, várias galáxias, cada qual com sua estrela-sol. Não há, pois, um ponto central da crise. São vários, ainda que se entrecruzando, mas também se repelindo. A delicadeza da tarefa a que se comprometeram o presidente e os governadores

neste país em que falta vontade política e persistência à classe dirigente pode ser resumida nos pontos que a União deseja ver reformados na Constituição, esperando para isso contar com o *apelo* dos governadores de Estado a suas bancadas: fim da estabilidade no serviço público, em todos os níveis (os governadores concordam com isso, especialmente aqueles que despendem 100% ou mais da arrecadação do ICMS para pagar o funcionalismo); redefinição dos monopólios da União e maiores facilidades de ingresso ao capital externo como investimento (concordarão os governadores nacionalistas com isso?); limitações ao ensino público gratuito (aceitarão os deputados, senadores e governadores a pressão dos grevistas, cuja falta ao trabalho só prejudica o País, mas não se nota?); reforma tributária (aceitarão os governadores a redistribuição de encargos?). Ademais, como fará o Executivo federal para atender às reivindicações dos governadores que não têm como saldar débitos de seus Estados com a União? Permitirá o Planalto uma rolagem de 90% ou 100%, assim sacrificando a estabilidade monetária mais do que já foi atingida?

A reunião com que os governadores — fato inédito na República, como assinalou o

presidente Collor de Mello — homenagearam o chefe do Executivo federal pela passagem de seu aniversário serviu não apenas para mostrar a gravidade da crise, quanto para demonstrar que os partidos políticos não existem num país em que, pela Constituição, tudo o que se pretende fazer (exceto talvez a rolagem da dívida dos Estados) deve ser aprovado pelo Congresso. Esse é outro ponto, outra estrela-sol do universo da crise brasileira: os partidos não existem e todos os chefes de Executivo insistem em demonstrar que não levam a sério as agremiações que tomam o tempo da população nas rádios e TVs. Todos sabem, no entanto, que, se não houver acordo no Congresso, reforma nenhuma será possível e a crise só tenderá a agravar-se.

A posição dos Executivos diante dos partidos, aliás, é indicativa de que a situação brasileira tende a complicar-se, na medida em que o Planalto negocia com os governadores na suposição de que estes comandam suas bancadas, e os governadores, por sua vez, têm de negociar com os partidos de que emergiram e, possivelmente, com os outros, que lhes são hostis. Todos sabem que está em jogo a governabilidade — isto é, a democracia — e a salvação do Estado brasileiro. Agem, no entanto, como se a implosão do universo fosse para outra geração e constroem castelos de carta numa corte que começa a adquirir, como no passado recente, aspectos de fim de regime.